

Editorial

O Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste em cumprimento ao seu papel de difusor do conhecimento tem com muito arrojo promovido - de modo sistemático, coerente e constante - a publicação da produção acadêmica, em seu âmbito de atuação; seja pela publicação assídua por dez anos de uma coletânea que reúne em livro a produção de especialistas de amplo espectro na interdisciplinaridade científica com foco em seu campo temático, seja pelo esforço de manter esta Revista Eletrônica que muito tem contribuído na promoção do intercâmbio de saberes.

Neste número, em continuidade ao que vimos realizando, temos o privilégio de oferecer aos nossos leitores, além de uma resenha e uma entrevista, uma dúzia de artigos que abordam de maneira instigante e no rigor da cientificidade, temas que se inserem na ordem do dia das questões atinentes à Gestão Pública, como sempre, tratados por especialistas cuja trajetória de pesquisa bem diz da qualidade do que escrevem e da pertinência de suas presenças em nossa Revista.

Assim, já no primeiro artigo que vem assinado por Abraham Benzaquen Sicsú e Murilo Otávio Lubambo de Melo, temos uma contribuição que, não obstante, tratar-se de uma matéria de específico interesse da Gestão Pública, pelo conteúdo abordado extrapola esse arco reflexivo e se constitui, por sua relevância ao exercício da cidadania, em objeto de interesse do público em geral, pois na questão do Sistema de Defesa da Concorrência está em jogo o direito de todos. No segundo artigo, lembrando a máxima da qual muito gostava Goethe – *se quiseses louvar o universal, cantes o particular* – as autoras Maria Ângela Figueiredo Braga e Laanne Versiani Domingues, trazem um caso particular tomado da realidade efetiva para instigar uma reflexão sobre a gestão da segurança pública, que lança luzes sobre a questão universal dos programas de controle levados a efeito na esfera da segurança pública, tão crucial nos dias atuais.

No terceiro artigo, Clóvis Henrique Leite de Souza nos brinda com uma reflexão em que traz à cena a questão-chave da democracia, qual seja, a gestão pública da participação cidadã nos desígnios das ações de governabilidade, tomando como exemplo o modelo de gestão participativa em vigor em diversas localidades da vida nacional. No quarto artigo, Lea Carvalho Rodrigues tece considerações consistentes sobre as diretrizes da política nacional de turismo, desde a perspectiva de suas necessidades avaliativas, a partir de uma situação específica existente no Estado do Ceará, que delineiam aspectos positivos do turismo

promotor da cultura, do meio ambiente e em respeito a dignidade humana dos agentes envolvidos.

A questão da saúde pública toma lugar no quinto artigo, que marca a presença entre nós de José Antonio Souto Ibáñez, desde a Espanha, numa abordagem que trata da gestão sanitária. No sexto artigo, Lisiane Rodrigues Cavalcanti e Ernani Rodrigues de Carvalho Neto apresentam elementos conceituais que permitem pensar a questão do acesso à justiça com efetividade e assegurando a eficiência, justamente numa área onde esta última tem sido objeto de críticas as mais diversas. No sétimo artigo, José Divard de Oliveira Filho e Sônia Valéria Pereira tratam com propriedade de uma questão pontual da gestão ambiental, de fundamental importância para o Porto do Recife, mas que serve de parâmetro para outros portos envolvidos com os produtos derivados do petróleo. Enquanto, no oitavo artigo, Denilson B. Marques e Acássia S. Silva abordam aspectos relevantes da gestão pública da dimensão lúdica nacional ao tratarem especificamente da relação entre os atores-rede e a formação dos jogadores de futebol em Pernambuco, Estado que tem fornecido grandes nomes ao cenário nacional e internacional nesse esporte.

O nono artigo, assinado por Tânia Campinho dos Santos e Sylvana Brandão, chama a atenção para um aspecto da mais alta relevância no que tange a gestão pública da justiça, tanto no que se refere à gestão pública do arquivo e suas implicações ao exercício do direito quanto ao acesso do cidadão aos processos findos da justiça, que por sua vez promovem a aproximação efetiva e essencial entre o gestor judiciário e a sociedade civil, abrindo a possibilidade de incrementar mais transparência à execução das atividades judiciárias. No décimo artigo, Almiro de Sá Ferreira apresenta de modo sintético as estratégias que redefiniram o posicionamento dos CEFET's, no período de 1997 a 2002, e explicita o papel dessas mudanças no âmbito da gestão estratégica no setor público.

No décimo primeiro artigo, Valéria Maia, Marlizete Maldonado Vargas e Cristiane Costa da Cunha Oliveira, resgatam o histórico e contextualizam a gestão pública de saúde em Sergipe, numa análise do modelo assistencial que vem sendo implementado naquele Estado, permitindo que se tome como referência para reflexões análogas das situações vividas em outros Estados da nação brasileira. Por fim, mas não menos importante, o décimo segundo artigo, de autoria de Ana Maria Barros dos Santos, Fábio Amorim e Edson de Araújo Nunes, põe em questão o próprio Estado nacional no que toca à sua natureza, limites e possibilidades, e propõe, a partir do referencial teórico demarcado pela expressão *intelectual orgânico*, uma reflexão sobre o papel e a atuação do gestor público.

Este Editorial oferece ao leitor apenas o *prazer de mordiscar*, o *banquete* do intelecto somente virá com a leitura atenta de todo o conteúdo da Revista, que assim permitirá operar a metamorfose da informação em saber.

Sylvana Brandão

Alfredo Moraes

Editores